2

Eleições municipais 2016 em um cenário de crise política e *impeachment* de Dilma Rousseff: um estudo da cobertura do portal *Folha de S. Paulo*[1]

DOI: https://doi.org/10.29327/264759.21.35-2

Eliane Grazielle Estevão[2]

Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires[3]

Resumo: O ano eleitoral de 2016 foi bastante singular, pois o Brasil vivenciou uma grave crise política, que culminou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). A temática, como não poderia deixar de ser, foi pauta diária dos principais veículos de comunicação do País. Este artigo teve como objetivo principal investigar o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal *Folha de S. Paulo* em textos informativos sobre as eleições municipais 2016, publicados no mês de agosto, momento marcado pela votação do *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado e pela crise política nacional.

1 Este artigo representa um recorte da dissertação do Mestrado em Comunicação Social da PUC Minas, intitulada "Eleições municipais 2016 em tempos de crise política e impeachment: um estudo de textos opinativos e informativos do portal *Folha de S. Paulo*", financiada pela Capes.

2 Mestra em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pós-graduada em Revisão de Textos pela mesma instituição. Jornalista. Contato: estevaoelianeg@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6458860234047227.

3 Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contato: pires@pucminas.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3445241302072269.

Palavras-chave: Eleições municipais 2016. Crise política. *Impeachment* de Dilma Rousseff. Portal *Folha de S. Paulo*. Posicionamento editorial.

Abstract: *The electoral year of 2016 was quite singular, as Brazil experienced one of the most serious political crises that culminated in the* impeachment *of former president Dilma Rousseff (PT – Labor Party). The theme, as it could not fail to be, was daily agenda of the main communication vehicles of the country. The main purpose of these article was to investigate the framework(s) adopted by* Folha de S. Paulo*'s portal in informative texts about the 2016 municipal elections, published in August, a time marked by the* impeachment *vote of Dilma Rousseff in the Senate and by the national political crisis.*

Keywords: *Municipal elections 2016. Political crisis*. Impeachment *of Dilma Rousseff. Portal* Folha de S. Paulo. *Editorial positioning*.

1 – Introdução

Um cenário político conturbado e polarizado marcou o ano eleitoral de 2016, em decorrência de uma das mais graves crises políticas do Brasil, impactada pelo processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Esse momento singular na política brasileira também foi caracterizado por inúmeras denúncias de corrupção no País, bem como cassações de mandatos, escândalos e prisões de influentes líderes políticos.

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar o(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo portal *Folha de S. Paulo* em textos informativos sobre as eleições municipais 2016, publicados no mês de agosto, momento marcado pela votação do *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado e pela crise política nacional.

Trata-se de um momento de interseção, em que houve uma sobreposição de agendas políticas bastante expressivas. O primeiro turno das eleições municipais 2016 ocorreu no dia 2 de outubro, ou seja, exatamente 32 dias após o julgamento final do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff no Senado, encerrado no dia 31 de agosto. Em paralelo, os casos de corrupção no governo federal, como consequência da Operação Lava Jato,

ganhavam cada vez mais repercussão, o que acirrava ainda mais a crise política, econômica e social no País.

A escolha do portal *Folha de S. Paulo* deve-se ao fato de ele estar vinculado a um dos maiores conglomerados midiáticos do País, à sua representatividade e ao seu papel de destaque no cenário nacional, bem como à sua configuração como jornalismo de referência[4]. Para se ter uma dimensão em termos de poderio e audiência, o Grupo Folha figura entre os principais controladores de mídia no Brasil[5]. Justifica-se a opção pelo portal em detrimento do jornal impresso que leva o mesmo nome por entender que a internet apresenta especificidades que enriquecem a investigação, como multimidialidade, interatividade, instantaneidade, atualização contínua e em fluxo, customização ou personalização do conteúdo, possibilidade de formar comunidades e de criar memória coletiva, entre outras, e por se enquadrar em uma nova categoria que é o jornalismo de portal, o qual apresenta as características inerentes ao jornalismo praticado na internet, conforme mostrado na seção 2.2 deste artigo.

Em um panorama de turbulências no cenário político, as eleições municipais praticamente foram relegadas a segundo plano. Devido às manifestações de milhares de brasileiros, que tomaram as ruas do País em vários momentos, aumentou ainda mais o clima de insatisfação com o governo federal e, também, a polarização política. Os protestos foram intensificados a partir

4 O jornalismo de referência também é chamado de "tradicional" ou "sério" e caracteriza a prática jornalística baseada no modelo americano do fim do século XIX e início do século XX, que desembarcou no Brasil na década de 1950 (VIGGIANO, 2010).

5 Conforme a pesquisa Media Ownership Monitor Brasil (MOM-Brasil), divulgada em 31/10/2017, com o título "Quem controla a mídia no Brasil?", dois dos veículos editados pelo Grupo Folha lideram o ranking: o UOL, portal de notícias mais acessado do Brasil em termos de visitantes únicos e o segundo em número total de visitas no mês, e o jornal *Folha de S. Paulo*, diário de maior tiragem no País, apontado como o mais influente. Vale considerar que os conteúdos do UOL e do jornal impresso do grupo são divulgados praticamente na íntegra no portal *Folha de S. Paulo* e vice-versa. O MOM-Brasil mapeia os veículos de maior audiência – que têm o potencial de influenciar a opinião pública – e os grupos que os controlam.

da Jornada de Junho, em 2013, marcaram as eleições presidenciais de 2014, se estenderam ao longo de 2015 e repercutiram no pleito municipal de 2016, conforme descrito na seção 2.4 deste artigo, que apresenta uma cronologia do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Lavareda *et al.* (2016) fizeram alguns prognósticos em relação às eleições municipais daquele ano, os quais se confirmaram: (1) menos reeleição, (2) maior fragmentação e (3) remoção do PT dos grandes centros.

Diante ao exposto, propõe-se a seguinte questão norteadora: como o portal *Folha de S. Paulo* enquadra suas coberturas das eleições municipais 2016, crise política nacional e *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e, desse modo, revela seu posicionamento editorial? Para tanto, recorreu-se à análise de enquadramento como metodologia. Para este artigo, definiu-se como *corpus*[6] nove matérias publicadas na editoria "Poder", do portal *Folha de S. Paulo* (folha.uol.com.br), conforme será detalhado nas considerações metodológicas.

2 – Mídia, política e eleições: o pleito municipal de 2016 num contexto político conturbado

Estudar o papel da mídia na cobertura das eleições, sejam elas no âmbito nacional ou no municipal, em um contexto de crise política, implica um investimento teórico na articulação de estudos realizados tanto no campo da política como no campo comunicacional. Esta pesquisa também buscou aprofundar o estudo sobre a interface entre mídia e política, de forma a apreender como se estabeleceu essa relação no contexto das eleições municipais 2016. Nessa perspectiva, também apresenta uma conceituação sobre pluralidade e posicionamento editorial, bem como uma discussão conceitual acerca do enquadramento e jornalismo de portal. Além disso, apresenta uma contextualização

6 A dissertação da qual se originou este artigo teve como *corpus* 16 textos, sendo 7 opinativos e 9 informativos.

da crise política nacional, do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e das eleições municipais 2016, acontecimentos que se sobrepõem e caracterizam um momento específico da política brasileira.

Segundo Biroli e Miguel (2017), os estudos brasileiros que tratam da relação entre mídia e política tiveram início a partir da eleição presidencial de 1989. Antes, eram poucas as pesquisas, entretanto estas passaram a integrar um campo interdisciplinar, em especial quando se trata dos períodos eleitorais como objeto de estudo. Ainda de acordo com os autores, grande parte das pesquisas nessa interface se concentra em duas problemáticas: (1) a agenda definida pela "grande imprensa", ou seja, os temas e enquadramentos predominantes e (2) a adesão a um ou outro candidato pela mídia, isto é, a visibilidade a temas e enquadramentos relativos a determinados candidatos, partidos ou governos no poder.

No caso específico desta pesquisa, privilegia-se o exame da primeira problemática, qual seja, o modo como a mídia deu destaque, isto é, agendou e/ou enquadrou, os contextos da crise política e do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) durante a cobertura das eleições municipais 2016.

Ressalta-se que "o tema da relação entre eleição e mídia aparece hoje, sem dúvida, como um dos mais significativos para a compreensão das novas configurações assumidas pela política na contemporaneidade, inclusive brasileira, concebida como Idade Mídia" (RUBIM, 2002, p. 40). Segundo o autor, há uma interação entre a comunicação e os embates eleitorais.

Esse entrelaçamento entre as áreas tem grande importância, pois, como atesta Braga (2012), uma das consequências significativas da crescente midiatização na sociedade contemporânea é o que ele chama de atravessamento dos campos sociais estabelecidos de forma a permitir situações indeterminadas e experimentações correlatas. Nesse sentido, constitui-se esse imbricamento entre as áreas da comunicação e da política. Biroli e Miguel descrevem que:

> Qualquer análise da relação entre mídia e política deve partir da compreensão de que o ambiente em que as preferências políticas são produzidas é multifacetado. Grande imprensa, discurso político-partidário, comunicação dos agentes do Estado, mídia local, novas tecnologias, redes discursivas tradicionais: todas essas instâncias estabelecem relações complexas entre si. Não é possível determinar a priori o peso de cada uma, já que suas posições mudam de acordo com as conjunturas e, além disso, diferentes segmentos do público são diferentemente suscetíveis a cada uma delas (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 53).

Conforme os autores, desde o surgimento dos primeiros estudos da relação entre mídia e política houve muitas mudanças. Uma delas é o novo cenário político-partidário, a partir da pulverização e consequente polarização partidária, principalmente entre PT e PSDB, a transformação do Partido dos Trabalhadores para um contexto centrista e a afirmação do Partido da Social Democracia Brasileira como direitista, sem contar a grave crise em ambas as legendas, o que caminha para mais uma reconfiguração.

2.1. Politização da mídia × midiatização da política

Entende-se que o papel da mídia no processo político tem se tornado cada vez mais inquestionável. Silverstone (2002, p. 9) ressalta que a centralidade da mídia é inerente à experiência humana, tanto na vida cotidiana quanto em relação ao exercício do poder, bem como à criação de cultura, uma vez que, para ele, "vivemos num mundo intensivamente midiatizado". O autor ainda afirma: "não podemos escapar à mídia. Ela está presente em todos os aspectos da vida cotidiana." Conforme Silverstone (2002), a mídia tem sua própria política, a qual precisa ser compreendida, e exerce um forte poder de persuasão sobre as pessoas.

O estudo da mídia se faz necessário, entre tantos motivos, para se compreender o quanto ela é poderosa na vida cotidiana, por isso é necessário conhecer a nova política da mídia, bem

como a política da nova mídia. No passado, pensava-se que a mídia tinha um papel político dominado, mas, segundo Silverstone (2002), hoje, a situação não é a mesma, devido a diversos fatores. Isso porque, segundo ele, surgiu um novo tipo de espaço midiático, com a capacidade de influenciar no exercício do poder e nas oportunidades de participação pública na vida política. "Podíamos ter pensado na mídia como um apêndice ao processo político, uma criada para governos e partidos, e também como um irritante ou um cão de guarda, o Quarto Estado, temos agora de confrontá-la como fundamentalmente inscrita no próprio processo político" (SILVERSTONE, 2002, p. 265). Assim, segundo o autor, a política já não pode mais ser pensada fora da estrutura midiática.

Por meio dessas e outras reflexões de Silverstone (2002), pode-se constatar que, além de a mídia ter uma política própria de atuação, conforme o posicionamento editorial e até mesmo político de cada veículo, como uma forma de reproduzir a maneira de pensar as temáticas abordadas e preferências, a mídia também exerce, de fato, um forte poder sobre as questões políticas. Nessa perspectiva, mais do que falar em midiatização da política é preciso atentar para a politização da mídia. Se, por um lado, a política está midiatizada, pela forma como o processo político perpassa a esfera midiática, por outro lado, em maior escala, a mídia está politizada, no sentido de ser vista como partidária, apontada, inclusive, como um partido político de oposição.

Abramo (2006) ressalta que os veículos de comunicação se constituíram em novas entidades que se assemelham a um tipo específico de instituição social, no caso, os partidos políticos. "Se os órgãos não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*. Comportam-se e agem como partidos políticos" (ABRAMO, 2006, p. 15).

Nesse sentido, Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 170) fundamentam que "a politização da imprensa não é, em si, condenável ou louvável. O posicionamento em relação a temas e projetos da pauta pública contribui para alimentar o reper-

tório disponível aos cidadãos para que formem opiniões e tomem decisões."

Segundo Lima (2010), a grande mídia, tanto a impressa quanto a eletrônica, tem se tornado cada vez mais partidarizada. A própria mídia tem reconhecido seu papel de partido político, como demonstra a afirmação de Judith Brito, diretora-superintendente da empresa *Folha de S. Paulo*, quando era presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Em 2010, ela declarou: "na situação atual, em que os partidos de oposição estão muito fracos, cabe a nós dos jornais exercer o papel dos partidos. Por isso estamos fazendo". Ela ainda argumentou sobre a liberdade de expressão: "o jornalismo sério num País democrático precisa ser livre, porque sem liberdade não há investigação, nem opinião. Deve também ser pluralista. Esse papel da imprensa é exercido igualmente em relação ao governo e à oposição."

A afirmação de Judite Brito foi criticada, entre outros, por Sader (2016) como :

> [...] extremamente grave para a democracia brasileira – afetando tanto o papel dos partidos, quanto da mídia e, especialmente, o processo de formação da opinião pública [...] a mesma mídia que promove diariamente o desprestígio da política se vale disso para – como declarou a própria executiva da Folha – substituir os partidos (SADER, 2016).

Motta (2014) enfatiza que "o Brasil está dividido em dois partidos políticos: o partido da mídia e os outros". Segundo o autor, "nada separa tanto a sociedade brasileira hoje quanto a imprensa. Ela se transformou em um partido político autônomo que se dá o direito de intervir diretamente na política". Entre os motivos elencados pelo autor, estão o fato de a mídia ter conquistado uma autonomia financeira, além de ter "metas ideológicas explícitas, planos de ação de curto prazo conforme a conjuntura, e um projeto ideológico de longo prazo: o acúmulo do maior capital político (poder) possível". Além disso, "nenhum outro grupo detém hoje tamanha autonomia de ação, e tanto po-

der de intervenção no debate público" quanto a mídia (MOTTA, 2014).

Essas questões envolvem processos sociais que se desenvolvem segundo as lógicas da mídia. Os autores contemporâneos, como Braga (2012), tratam os processos como midiatização da própria sociedade. Se a midiatização diz respeito à força da presença da mídia na sociedade, essa influência é visível no que tange às informações políticas, que ajudam a formar a opinião pública. O campo político, por estar sempre em evidência e relacionado aos processos sociais, não tem como se dissociar dos efeitos da mediação e da midiatização em uma sociedade que cada vez mais interage entre si e com os meios de comunicação. Desta forma, entende-se que a política constitui-se em um dos grandes alvos da midiatização.

2.2. Pluralidade, posicionamento editorial, enquadramento e jornalismo de portal

Nesta seção, apresenta-se um breve estado da arte sobre a pluralidade, bem como um imbricamento entre os conceitos de posicionamento editorial e enquadramento, além de uma conceituação sobre jornalismo de portal.

Miguel e Biroli (2017a, p. 9) destacam que um valor perseguido pelo jornalismo é o pluralismo que se tornou, na segunda metade do século XX, uma espécie de "índice" de democracia. Esse pluralismo representaria as múltiplas vozes que deveriam compor o noticiário. Nas democracias liberais, conforme apontam Biroli e Miguel (2017, p. 10), evidenciam-se os limites de uma visão de pluralidade em que "diferentes vozes devem estar representadas, mas vozes consideradas dissidentes ou desviantes de um consenso básico não precisam ser levadas em conta". Os autores destacam que:

> Muitas vezes, o pluralismo na cobertura é entendido como a necessidade de refletir o sistema partidário: são as posições dos principais partidos que precisam estar representadas. Na medida em que, como a pesquisa da

> ciência mostrou, a disputa partidária tende a puxar as principais legendas para o centro, o debate na mídia pode incorporar apenas uma fatia bastante limitada do espectro de posições presentes na sociedade. Além disso, outras formas de atuação política, assim como as visões de mundo que mobilizam, não correspondem em grande medida à própria concepção da política e dos conflitos políticos que o jornalismo chancela (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 10).

No entendimento de Miguel e Biroli (2017a, p. 16), para que haja um ambiente democrático de informação, a pluralidade deve ser uma marca, de um modo geral, como forma de prezar pela ética profissional.

Quando se pensa na categoria dos portais de notícias, objeto deste estudo, trata-se de um espaço que permite ao leitor/internauta interagir com o veículo e, ao mesmo tempo, com o público, por meio de comentários sobre o conteúdo publicado e compartilhamento dos textos; assim, permite mostrar a visão de cada um sobre o fato noticiado e, dessa forma, ajuda a formar a opinião pública. Assim, as mudanças nas formas de atuação da mídia implicam modificações na sociedade e vice-versa, bem como na própria forma de exercer a democracia.

Aldé, Mendes e Figueiredo (2007, p. 170) ressaltam que a grande imprensa brasileira adota discurso ético de autoqualificação diante dos leitores e, assim, apresenta-se como plural. Os autores complementam que, entretanto, o que se vê "são diferenças no tratamento conferido aos candidatos, de amplificação de certos temas", conforme interesses político-partidários. Isso é inerente ao posicionamento ou linha editorial, que representa a opinião de um veículo de comunicação ou de um conglomerado jornalístico.

Ressalta-se que o posicionamento editorial "pode encampar as ideias de um grupo de pressão e fazê-la prevalecer dentro da construção de uma notícia. Ou seja, na construção da pauta e/ou do texto, o jornal pode dar mais voz ao grupo X em detrimento do grupo Y" (VENANCIO, 2009, p. 21). A delimita-

ção de uma linha editorial determina todo o processo jornalístico, como bem pontua Carvalho (2009):

> A concretização das ações do jornalismo como ator social em interação com os demais atores com os quais tem que se haver acontece não somente a partir da definição de uma linha editorial, própria a cada veículo, e em função da qual serão feitas as escolhas dos acontecimentos que comporão um determinado noticiário. Ela está relacionada a uma série de procedimentos técnicos que, em certa medida, são comuns a todas as organizações que têm a notícia como foco. No entanto, a engrenagem envolvida na produção jornalística está longe de reduzir-se a um conjunto de técnicas que darão forma e conteúdo a narrativas noticiosas. Ela envolve aspectos mais sofisticados que são, em última instância, os definidores dos modos mesmo como o jornalismo seleciona acontecimentos e apresenta-os sob a forma de narrativas que não apenas refletem a realidade, mas trazem uma perspectiva particular sobre cada aspecto divulgado do real (CARVALHO, 2009, p. 3).

Dessa forma, pode-se constatar que o jornalismo interfere nos processos, tanto políticos quanto sociais. Essas interferências surgem a partir dos posicionamentos adotados pela mídia e de como refletem no noticiário. Não basta apenas considerar que o veículo apurou os dois lados ou os vários lados da notícia, mas sim o espaço concedido a cada lado. Assim, pode-se estabelecer uma intrínseca relação com o pluralismo. Miguel e Biroli (2017a, p. 16) ressaltam que "a pluralidade necessária é a pluralidade de vozes sociais, que ainda precisa ser construída no espaço público".

Não há como questionar o papel preponderante da mídia em relação às eleições, principalmente como canal de veiculação das campanhas políticas. A internet é um canal potencial e em constante expansão, principalmente por propiciar a convergência midiática, ou seja, a tendência praticada pelos meios de comunicação para se adaptarem à internet, de forma a usá-la como canal para a distribuição de seus produtos, em diversos formatos.

Segundo Telles, Lourenço e Storni (2011),

> [...] a mídia é a principal fonte de informações dos leitores e alimenta a agenda sobre as eleições. Mesmo que não se possa afirmar que a cobertura da mídia afeta o comportamento do eleitor, o enquadramento das notícias pode nos apresentar pistas sobre como os cenários são construídos pela imprensa. O conceito de enquadramento supõe que as notícias difundidas podem criar um panorama que orienta a leitura sobre um tema, o que pode vir a beneficiar alguns grupos vinculados àquela agenda (TELLES; LOURENÇO; STORNI, 2011, p. 94).

Com relação ao enquadramento (*framing*), esse conceito foi atrelado à mídia, mais especificamente ao jornalismo, a partir dos anos 1980, abordado por autores como Erving Goffman, Gaye Tuchman, Todd Gitlin, dentre outros. Conforme Carvalho (2009), o conceito foi introduzido por Goffman (2006), não com o intuito de simplesmente pensar na organização da experiência social e sim para a compreensão de como os indivíduos organizam as próprias experiências na vida social.

> Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-me a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão "análise do *enquadramento*" é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência (GOFFMAN, 2006, p. 11, grifo do autor).

Ao transpor o conceito de enquadramento para o campo do jornalismo, nesse caso considerado "como um ator social em interação com outros atores sociais, ele não pode ser tomado como uma atividade exercida sem levar em conta sujeitos que tomarão contato com as notícias" (CARVALHO, 2009, p. 3). Conforme o autor, ocorre o contrário, pois, ao se disseminar uma informação, esta pode levar os consumidores a diferentes interpretações e correlações inerentes ao que foi noticiado. Isso acontece porque depende de uma visão pessoal e conhecimento particular do mundo e da realidade de cada indivíduo.

O enquadramento está relacionado ao modo como a notícia é tratada, ou seja, resulta "de escolhas isoladas, ou marcadamente institucionais – no sentido de estarem submetidas unilateralmente às políticas editoriais dos veículos – que jornalistas e veículos fazem do tratamento dado a um determinado acontecimento transformado em narrativa noticiosa" (CARVALHO, 2009, p. 2). Dessa forma, o enquadramento é atrelado às políticas e ideologias dos veículos. Ressalta-se a questão das políticas editoriais (posicionamentos).

Em relação ao jornalismo de portal, primeiro é importante destacar que, segundo Barbosa (2001), foram os americanos quem criaram e batizaram os *sites* de "portais". Esse modelo foi adotado no Brasil em 1998, "para além das edições dos jornais com similares impressos, gratuitos e diários" (BARBOSA, 2003, p. 29). Segundo Silva Júnior (2000), "a diferença de portal para site reside em elementos de análise muito subjetivos, já que um portal é também um site". Conforme salienta, em um portal, concentra-se um determinado núcleo temático, com a prestação de serviços e informações paralelas ao núcleo; no *site*, essa não é condição preponderante.

Os portais de notícias causam impactos que refletem no processo de produção de sentidos, tanto na forma de se produzir quanto de se consumir as notícias, como pode ser comprovado no trecho a seguir:

> [...] para o jornalismo, que é o que nos interessa, eles de fato causaram impacto, criando mesmo uma nova categoria para o jornalismo *online*: o jornalismo de portal, o qual, a despeito da divisão mimética dos assuntos por editorias (ou canais) tal qual no jornal impresso, emprega as características concernentes ao jornalismo online (interatividade, hipertextualidade, multimidialidade, customização de conteúdo, atualização constante) e ao ambiente digital na produção da informação (BARBOSA, 2001, p. 9).

Essas características fazem com que os portais tenham um jeito peculiar de informar, de forma mais dinâmica, ágil e agradável ao leitor-internauta, pois facilita o processo de busca pe-

las notícias que são do interesse de cada um. Conforme Ziller e Moura (2011, p. 190), "a publicação de conteúdo deixa de seguir o modelo linear da cadeia industrial". As autoras apontam que as especificidades do jornalismo de portal influenciam no comportamento dos usuários e, se ocorre essa mudança, deve-se pensar, também, em como esse jornalismo se modifica para atender a esse público. Ziller e Moura (2011, p. 196) ainda salientam que tais características da internet são inerentes ao jornalismo de portal e destacam que "o caráter múltiplo, a possibilidade de acesso não linear e alheio a um ordenamento pré-estabelecido" são características centrais da rede.

Vale ressaltar que o portal *Folha de S. Paulo*, objeto empírico deste estudo, se origina da versão impressa, porém tem atualizações constantes. No caso, tem o jornal impresso, a versão digital do jornal e o portal de notícias com o mesmo nome. O portal *Folha de S. Paulo* entrou no ar no dia 9 de julho de 1995, como FolhaWeb, pertencente ao Grupo Folha. Segundo o histórico do grupo, a Folha foi "o primeiro jornal no Brasil a adotar novo modelo de negócios para o jornalismo digital, o paywall poroso, em que o acesso ao noticiário on-line é gratuito até um certo limite de textos". No portal *Folha de S. Paulo*, disponível no endereço eletrônico folha.uol.com.br, o conteúdo na íntegra, sem restrições, pode ser acessado apenas por assinantes.

O novo projeto editorial tem como título "Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância" e "atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores". Ressalta o diálogo pluralista em contraponto à intolerância presente nas redes sociais devido à onda de "populismo nacionalista ultraconservador". Assim estabelece: "existe público expressivo disposto a pagar por assinaturas digitais de veículos jornalísticos, e a ampliação de um contingente populacional cada vez mais educado, conectado e exigente em matéria de conhecimentos sugere um caminho promissor a ser percorrido". Ainda salienta que conglomerados midiáticos "exploram operações comerciais muito mais vultosas e têm dado mostras de docilidade política diante de governos que não toleram crítica" (SUA EXCELÊNCIA, 2017).

O documento também apresenta em destaque "Sua Excelência, o consumidor de notícias" e menciona o que caracteriza como manifestações públicas de dimensões inéditas, a transição para o governo Michel Temer (PMDB), que "aplica uma receita de reformas liberalizantes e disciplina do gasto público". Ainda faz referência à Operação Lava Jato, "conduzida no âmbito da Justiça Federal, em que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, secundados pela imprensa, desvendaram escândalo de corrupção de proporções inauditas" (FOLHA, 2017), comprometendo o PT, o PMDB e PSDB, entre outros partidos e empresas privadas, como empreiteiras.

Diante desse cenário, o projeto editorial destaca a polarização política que se alastrou, principalmente, em função das redes sociais. Tal conjuntura submete aspectos programáticos do posicionamento editorial (pluralismo, independência crítica e apartidarismo). Além de apontar a necessidade de vigilância para uma imprensa livre.

Quanto ao portal, o projeto editorial descreve que "a audiência online, por sua vez, mede-se em dezenas de milhões de visitantes ao mês, dada a possibilidade de acesso individual gratuito a um número determinado de textos jornalísticos". Ainda complementa que "na esfera digital, o jornalista não se envolve só na produção de conteúdo; também participa da publicação e da distribuição do material produzido e tem responsabilidade na obtenção de audiência" (FOLHA, 2017).

No que diz respeito ao posicionamento editorial e/ou político, o Grupo Folha "defende mecanismos que aumentem a transparência e a fiscalização por parte da sociedade". Além disso, enfatiza: "no que respeita à necessidade de uma reforma, pressão contínua pela melhoria da cultura política tende a ser mais efetiva que propostas mágicas" (FOLHA, 2017). Assim, o grupo endossa diversos pontos, como as reformas políticas propostas pelo governo Temer.

Embora o Grupo Folha se apresente como apartidário, desde o golpe de 1964 foi demarcada uma posição política. A Folha

apoiou o movimento das Diretas Já, quando ganhou papel de destaque no País que garantiu-lhe a liderança até hoje mantida no cenário nacional em relação às mídias hegemônicas (CAPELATO, 2003). De acordo com Singer (2003), em 1974, a Folha decidiu ser competitiva quanto à influência acerca da opinião pública, momento em que se iniciava a abertura política que o Brasil viveu até 1984, ou seja, a fase de transição iniciada pelos militares, quando houve a passagem para a democracia. A partir daí, firmou-se como uma mídia de opinião, segundo Singer (2003), por não ter compromissos com o governo que impedissem a independência editorial. Embora o objeto de estudo seja o portal *Folha de S. Paulo*, essa contextualização histórica ajuda a compreender o posicionamento editorial e/ou político que é o mesmo adotado no jornal e no portal.

2.3. Crise política nacional em 2016

A palavra crise "vem do grego *krisis* e *krinein* que significam, respectivamente, discriminação e decisão (com examinação)" (MENDES, 2005, p. 766). Em termos conceituais, é, sobretudo, "um fenômeno perceptivo desenvolvido por terceiros sobre um agente que se vê/está envolvido num acontecimento ou acção imprevisível que tem um potencial destrutivo ou de ruptura sobre um sistema social instalado e de referência" (MENDES, 2005, p. 767). O autor acrescenta que "crise é uma realidade pública que implica a interpretação por parte de terceiros mediada pelos media".

Conforme Pasquino (1998):

> Chama-se Crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não prevista no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. As Crises são habitualmente caracterizadas por três elementos. Antes de tudo, pelo caráter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração

> normalmente limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema (PASQUINO, 1998, p. 305).

Pasquino (1998) complementa que três fases são consideradas para que seja possível compreender uma crise: (1) a fase que a precede; (2) o momento da crise propriamente dita; e (3) o pós-crise. Existem vários tipos de crise, entre as quais a crise política, um dos temas centrais de análise deste estudo. Para Mendes (2005, p. 768), "uma crise política não se centra nos agentes envolvidos mas na natureza da violação/transgressão ocorrida nos princípios fundacionais da esfera política". No campo político, uma crise é encarada "como a percepção de responsabilidade de violação/transgressão dos princípios da legitimidade e representatividade acima aludidos, que recai sobre um agente político" (MENDES, 2005, p. 768).

Conforme o autor, a expressão "crise política" tem se vulgarizado no cotidiano e sido constantemente utilizada, principalmente por analistas e comentadores não estritamente políticos, além de estar diariamente no discurso midiático. No contexto político contemporâneo brasileiro, especificamente a partir da crise política de 2005 (Mensalão), esse termo tem sido a tônica das notícias divulgadas pela mídia, com seus inúmeros desdobramentos e consequências.

Pasquino (1998) enfatiza que as crises políticas estão interligadas às crises econômicas, tanto de forma positiva, ou seja, quando a solução de uma delas beneficia a outra, quanto de modo negativo, isto é, em situações em que a falta de solução de uma das crises reflete sobre a outra. Segundo o autor, há crises de vários tipos: internas ou externas ao sistema, genéticas ou funcionais, fisiológicas ou patológicas, entre outras derivações. Foi justamente essa forma negativa que se viu com a crise política nacional no cenário das eleições municipais de 2016.

Ainda segundo Pasquino (1998), uma crise pode ser acalmada, retraída e, depois, manifestar-se novamente, como uma fase sucessiva. É isso que tem ocorrido em relação à mais recente

crise brasileira, que repercute ininterruptamente e se agrava a cada dia. O autor destaca que, além do auge de uma crise, existe a "crise na crise", de forma que uma nova crise pode sobrepor-se a uma crise preexistente e intensificá-la ainda mais.

Pasquino (1998, p. 305-306) conclui que "toda crise é um momento de ruptura inesperada no normal funcionamento de um sistema, ela requer respostas rápidas". Assim, para o autor, "toda Crise pode ser superada por um sistema que disponha de uma pluralidade de fontes de informação, de capacidade de escolher entre vários fluxos e de adotar novos módulos de funcionamento sem perder suas características essenciais".

Durante uma palestra sobre democracia, Boaventura de Sousa Santos ressaltou que vive-se, na atualidade, em um tempo dominado pelo conceito de crise, conforme proferido no trecho a seguir:

> Na perspectiva da origem da palavra, crise é um ponto problemático em um sistema que nos dá a possibilidade de cura. Portanto, as crises têm algo de positivo em si mesmo, que deve ser acolhido pela nossa sociedade. A menos que a crise deixe de ser transitória e passe a ser permanente. E a mudança neste ponto é que a crise transitória é explicável. Quando a crise é permanente ela não tem que ser explicada, mas passa a explicar tudo. Cortou os funcionários? É a crise. Privatiza-se a educação? É a crise. Privatiza-se a saúde? É a crise. Terceiriza-se toda a economia para evitar os direitos sociais? É a crise. É a crise política. Essa crise é perigosa porque não deixa oportunidades e permite que muitas coisas aconteçam com uma certa naturalidade. A crise deixa de ser uma variável dependente para ser uma variável independente (informação verbal).[7]

O cenário político atual representa bem essa descrição. Ainda segundo Santos, trata-se de um tempo de transição complexa, considerando-se, inclusive, os contextos financeiro e social, uma vez que o capital financeiro pode destruir o País de uma hora para outra, como acontece quando há queda do produto

7 Palestra proferida por Boaventura de Sousa Santos na "Aula Magna: democracia em tempos incertos", Belo Horizonte, 26 abr. 2017.

interno bruto (PIB), aumento da dívida financeira, alto índice de desemprego e aumento das taxas de juros, o que ocasiona problemas nas áreas de saúde, educação pública e assistência social, entre outras consequências negativas. Chega a ser uma crise na democracia representativa liberal. Certamente, essa situação se reflete nas disputas eleitorais e na forma como a sociedade reage diante do que é contextualizado pela mídia.

Entende-se que, no contexto da profunda crise nacional brasileira, que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff (MARQUES; ANDRADE, 2016), foi uma crise produzida principalmente pelos meios de comunicação, considerando-se que a crise, em certos casos, tem artificialidades. A crise política que permeou as eleições presidenciais de 2006 "não existiria se não fosse *na* e *pela* mídia" (LIMA, 2006, p. 13, grifos do autor). Pode-se afirmar o mesmo por ocasião da crise política que permeou as eleições municipais de 2016.

Segundo Marques e Andrade (2016), a apertada reeleição da ex-presidente, em 2014, e o conservadorismo do Congresso dificultaram o cenário para que a crise fosse superada. Fatores como a Operação Lava Jato e a "avassaladora campanha" midiática contra o governo petista complicaram a situação. Assim, percebe-se que surgiram várias crises dentro de uma, com diferentes denominações, como crise política, crise econômica, crise social, crise judicial, crise do *impeachment*, crise da Lava Jato, crise de credibilidade, entre outras nomenclaturas.

Para contextualizar a crise política que impactou as eleições municipais de 2016, vale enfatizar que o início dela pode ser considerado em 2005, quando estava em curso a "crise do Mensalão", ou 2013, com as Jornadas de Junho (impulsionadas pela grande insatisfação popular), ou, ainda, 2014, ocasião em que aumentaram as apostas de derrota da então presidente candidata nas eleições daquele ano, o que não ocorreu, pois Dilma Rousseff (PT) foi reeleita (MIGUEL; BIROLI, 2017b).

A crise política gerou e ainda tem gerado inquietação e insatisfação na sociedade, trazendo uma série de consequências e

problemas que afetam não só a economia do País como provocam mudanças culturais, de forma a alterar, inclusive, os hábitos dos brasileiros, que passaram a criar alternativas para driblar a crise.

Paralelamente a esse contexto, a situação econômica do País piorou ainda mais e surgiram outros agravantes, como a Agenda Brasil e a reforma ministerial – a qual permitiu a transferência de poder ao PMDB –, sem contar o rebaixamento da nota de grau de investimento do País e o parecer desfavorável do Tribunal de Contas da União (TCU) referente às contas de 2014, entre outros fatores (MARQUES; ANDRADE, 2016).

Para Casseb e Mello (2016), a crise é oriunda de uma sucessão de decisões políticas que influenciaram o desequilíbrio das contas do governo e da balança de pagamentos. Assim, a crise atual tem "raízes estruturais". Ainda nesse ambiente polarizado, tem se destacado na mídia a Operação Lava Jato, com as consequentes prisões de líderes políticos influentes do alto escalão federal, além de cassações de mandatos. Percebe-se que todo esse contexto tem aumentado o descrédito e o pessimismo por parte da população em relação à classe e às instituições políticas, em especial o Partido dos Trabalhadores, o que refletiu diretamente na cobertura das eleições municipais de 2016.

Não se pode desconsiderar a influência da mídia sobre as eleições. A crise política, que se tornou aguda a partir de 2015, ao mesmo tempo que tem os meios de comunicação empresariais como atores centrais, expõe os efeitos – limitados – da internet na organização política de movimentos e manifestações da sociedade civil (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 54).

Dessa forma, "a crise brasileira que culminou no golpe parlamentar de 2016, quando foi destituída a presidente Dilma Rousseff, contribuiu para reafirmar a centralidade dos meios de comunicação de massa na disputa política" (MIGUEL; BIROLI, 2017b, p. 199). Observa-se que os autores adotaram o termo "golpe". Esse uso dos termos "*impeachment*" ou "golpe" também é objeto de observação nas notícias analisadas, como

forma de identificar o posicionamento editorial do portal *Folha de S. Paulo*.

Para além disso, a cobertura da crise política nacional – com as múltiplas crises sobrepostas a ela–, analisada sob a ótica do(s) enquadramento(s) adotado(s) pelo objeto investigado, tem o intuito de identificar como a crise e o *impeachment* de Dilma Rousseff se correlacionam no contexto deste trabalho, uma vez que se percebe uma constante articulação entre os termos em um cenário eleitoral. A seguir, é apresentada a caracterização do *impeachment* de Dilma Rousseff para complementar a contextualização do panorama político estudado.

2.4. O impeachment *de Dilma Rousseff*

A principal marca no cenário político brasileiro em 2016 foi o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Pela quarta vez na história do País, um presidente da República foi destituído do cargo (WESTIN, 2016)[8]. O *impeachment* é "o processo mediante o qual se promove a apuração e o julgamento dos crimes de responsabilidade" (BARROSO, 1998, p. 162). Segundo o autor, no Brasil, conforme a Constituição e o direito comum (CF, 1988, art. 52, parágrafo único; Lei nº 1.079, de 1950, arts. 2º, 33 e 34)[9], o *impeachment* é passível de duas penas: (1) perda do cargo e (2) inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.

O termo "*impeachment*" é de origem anglicana; traduzido para o português, seria o mesmo que impedimento. Entretanto,

8 De acordo com Westin (2016), em 1955, sofreram *impeachment* os ex-presidentes Carlos Luz e Café Filho. Em 1992, aconteceu o famoso caso do afastamento de Fernando Collor de Mello. Em 2016, no seu segundo mandato, foi destituída a ex-presidente Dilma Rousseff.

9 A Lei do *Impeachment* (Lei 1.079/50) define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Essa lei elenca as punições para os envolvidos nos crimes nela definidos, ainda que simplesmente tentados (BRASIL, 1950).

não se trata exatamente do impedimento de quem ocupa o cargo de presidente da República, e sim do processo que implica a respectiva sanção. "Com isso, afirma-se que o *impeachment* é o processo. O impedimento, por sua vez, é a consequência do julgamento procedente ao final deste conjunto de atos. *Impeachment* e impedimento, portanto, não são sinônimos" (SALES, 2017, p. 59).

Conforme o autor, "o *impeachment* tem motivações políticas, desdobramentos políticos, provocações políticas, julgamentos políticos, o que não quer dizer que seja inteiramente arbitrário ou seja inconstitucional" (SALES, 2017, p. 75-76). Ele complementa que "o *impeachment* tanto pode ser um instrumento garantidor da democracia na medida em que permite a responsabilização dos donos do poder como pode ser instrumento de abuso, quando realizado sem fundamento jurídico".

Vale salientar que cada uma das etapas do processo de *impeachment* se torna um acontecimento amplamente divulgado pela mídia. Algumas fases são vistas inclusive como "espetáculos midiáticos", como ocorreu com as votações na Câmara Federal e no Senado, no caso de Dilma Rousseff.

Lima (2006, p. 12) trata a cobertura da mídia em casos de crise e *impeachment* como escândalos políticos midiáticos. Assim, relata que "a publicação de escândalos tornou-se uma prática que reforça e realimenta a imagem que os jornalistas têm de si mesmos". Segundo o autor, os escândalos midiáticos surgem em decorrência do jornalismo investigativo, somado à ampliação da mídia de massa e das novas tecnologias.

> *Escândalo político midiático*, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. [...] Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalo: o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue "esticar um pouco mais a

> corda" e avançar com novas denúncias (LIMA, 2006, p. 13, grifo do autor).

Essa argumentação representa o que ocorreu no contexto político em 2016, com os escândalos e casos de corrupção[10] da Lava Jato, os quais acentuaram a crise política no País e influenciaram decisivamente o *impeachment* de Dilma Rousseff, conforme abordado neste estudo.

A ex-presidente ganhou visibilidade na mídia durante a campanha eleitoral em 2010, teve destaque por ser a primeira mulher eleita presidente da República no Brasil, alcançou ampla divulgação pelo trabalho desempenhado no primeiro mandato e, no segundo mandato, passou a ser alvo constante de críticas e denúncias, até ser afastada do cargo e, posteriormente, destituída da função.

Como ressaltado por Biroli e Miguel (2017), devido à centralidade da mídia na vida cotidiana, a crise tem a capacidade de influenciar a opinião das pessoas e, consequentemente, a decisão dos eleitores durante uma campanha política. Isso pode ser percebido no caso das eleições municipais de 2016, pois percebe-se que os temas agendados pela mídia trouxeram consequências para os resultados da disputa eleitoral.

Apesar disso, Biroli e Miguel (2017, p. 25) ressaltam que nem sempre essa lógica prevaleceu, como se pode atestar no caso da eleição do ex-presidente Luís Inácio da Silva: "em 2006 os estudiosos de mídia e política se viram jogados num doloroso universo paralelo, em que os eleitores votavam num candidato que não era apoiado pelos grandes conglomerados de comunicação". Naquele momento, em 2006, a crise política resultante dos casos de corrupção não influenciou diretamente as eleições

10 "Frequentemente, escândalos e corrupção são confundidos, porém, constituem fenômenos distintos e a relação entre os dois é variável." Escândalos dizem respeito a acontecimentos que implicam transgressões que são levadas a conhecimento público e provocam resposta da sociedade. Corrupção é decorrente de infração, violação de regras, convenções ou leis denunciadas por terceiros. "Corrupção pode se transformar em um escândalo, mas nem todo escândalo envolve corrupção" (CHAIA, 2004).

presidenciais, pois, embora o governo do PT fosse alvo diário da mídia ininterruptamente durante 16 meses, com as notícias de denúncias do Mensalão, Lula foi reeleito.

Entende-se que isso aconteceu, principalmente, em razão de a crise ter sido mais política do que financeira, de forma que não foi sentida de perto pelos brasileiros, ou seja, não pesou tanto no bolso, não gerou um maior índice de desemprego, insatisfação popular e outras consequências negativas para a sociedade. Exatamente dez anos depois, em 2016, viu-se outro contexto, com uma acentuada crise tanto política quanto financeira, inclusive social, que o brasileiro sentiu de perto, em especial no bolso. Houve, assim, um resultado bem diferente em decorrência de novas denúncias de corrupção, nesse caso referentes à Operação Lava Jato.

Ressalta-se que, em 2014, o PT repetiu a vitória alcançada em 2006, embora os principais veículos de comunicação apoiassem o candidato José Serra (PSDB). Assim, a "campanha cerrada da mídia" não conseguiu impedir a reeleição de Dilma (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 26). O que se viu foi o seguinte:

> Os meios de comunicação prosseguiram em sua oposição ao governo, desempenhando papel fundamental na construção do golpe parlamentar de 2016, que derrubou a presidente escolhida pelas urnas. Mas fica claro que seu peso na orientação do voto popular não foi suficiente para evitar a vitória de candidaturas que desejavam derrotar (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 26).

Diante desse contexto, os autores relatam que tais resultados despertam novos questionamentos em relação aos estudos sobre mídia e política. Assim, admitem que o discurso da mídia em períodos eleitorais influencia a orientação das disputas e a definição do voto, o que foi vivenciado recentemente.

> Na definição do sentido do voto, boa parte das análises desconsidera que (1) os eleitores podem dispor de informações *diferentes* daquelas de que dispõem os estudiosos; (2) os eleitores podem mobilizar as informações [...] em narrativas que não reproduzem os enquadramentos hegemônicos na grande mídia [...] (3) o conflito

> entre informações e representações antagônicas (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 30, grifo do autor).

Enfatiza-se que a influência midiática sobre o voto não é sempre positiva, como os exemplos apresentados nos pleitos em 2006, 2010 e 2014, quando os votos em Lula e Dilma ocorreram em um contexto em que a grande mídia debatia diariamente sobre os casos de corrupção no governo e, mesmo assim, os candidatos petistas saíram vitoriosos. "Nesse caso, o voto teria sido um *desvio* em pelo menos dois sentidos: não sofreu o impacto da cobertura da grande imprensa, de um lado, e de outro revelou uma conduta moral desviante, sobretudo do eleitorado pobre" (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 32, grifo do autor).

Para os autores, esse sentido do voto teria tido influência no afastamento de Dilma Rousseff, em 2016, pois teria sido usado "o voto como desvio" por um lado e, por outro, as campanhas eleitorais teriam encoberto a realidade dos fatos; assim, o voto teria sido "desinformado". Esse contexto reforça a ideia de que os acontecimentos do cenário nacional repercutem no âmbito local, uma vez que os reflexos foram percebidos nas eleições municipais.

Também é preciso considerar como os meios de comunicação empresariais têm atuado politicamente e como os discursos jornalísticos têm sido propagados, além de se pensar em uma escala que vai da manipulação à imparcialidade. Os pesquisadores ainda fazem uma comparação entre a crise política da década de 1950, que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, até chegar ao Golpe de 1964, e a crise recente, que resultou no *impeachment* (para muitos, golpe) de Dilma Rousseff. Naquela ocasião, "a centralidade da corrupção no noticiário da ampla maioria dos jornais empresariais (com exceção do Última Hora) permitiu que os antagonismos políticos fossem representados sem que os interesses distintos que estavam em disputa fossem expostos" (MIGUEL; BIROLI, 2017b, p. 201). Os autores acrescentam que, na mais recente crise, "os escândalos de corrupção também dominaram o noticiário, alimentados pelos va-

zamentos seletivos de policiais, procuradores e juízes ligados à Operação Lava Jato".

Vale ressaltar que, antes mesmo de Dilma Rousseff ser reeleita, órgãos da grande imprensa já falavam em *impeachment* (MIGUEL; BIROLI, 2017b). Desde as chamadas "Jornadas de Junho", a mídia deu destaque aos desdobramentos de uma crescente polarização política. As manifestações, realizadas em diversas ocasiões, reuniram milhares de brasileiros que protestavam de diversas formas, por meio de movimentos nas ruas e nas redes sociais, contra os escândalos e as denúncias envolvendo a classe política. O caso do *impeachment*[11] se intensificou logo que Dilma Rousseff foi reeleita, em outubro de 2014. Em fevereiro de 2015, a Petrobras se tornou alvo da Operação Lava Jato e teve início uma série de denúncias de corrupção, com a consequente instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os desvios na estatal.

No dia 15 de março de 2015, entre 1 milhão e 1,4 milhão de brasileiros foram às ruas para manifestar seu descontentamento com os rumos da economia no País e reivindicar o *impeachment* da então presidente da República. Tal manifestação foi vista pelo governo Dilma "como 'um terceiro turno' eleitoral – um golpe na democracia – mais uma tentativa de reversão por parte do PSDB, de Aécio Neves e de sua militância, do resultado obtido nas urnas" (PIRES, 2016, p. 189, grifo da autora).

Em maio de 2015, um pedido de *impeachment* foi protocolado na Câmara dos Deputados por integrantes do Movimento Brasil Livre. Em junho do mesmo ano, as contas do governo apresentaram indícios de irregularidades e o Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu prazo para Dilma Rousseff explicar os casos identificados como "pedaladas fiscais[12]". Enquanto

11 As informações da cronologia do *impeachment* nesta seção foram extraídas do Portal G1.

12 Conforme o *site* do Senado, "pedalada fiscal" é o apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas.

isso, as denúncias na Operação Lava Jato, como propinas, crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, aumentavam e envolviam novos líderes políticos de diferentes partidos, resultando nas primeiras prisões.

Uma pesquisa do Datafolha, divulgada no dia 6 agosto de 2015, mostrou que 71% dos entrevistados reprovavam o governo Dilma, considerada a pior taxa da história da pesquisa, superior aos 68% de reprovação ("ruim" e "péssimo") do governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em pesquisa realizada em 1992. Essa notícia teve ampla divulgação na imprensa, assim como as manifestações posteriores que pediam o fim da corrupção e a renúncia ou o *impeachment* de Dilma Rousseff.

No mês de outubro de 2015, foi reaberta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma ação do PSDB para a impugnação dos mandatos de Dilma e do então vice-presidente da República, Michel Temer, sob acusação de suposto abuso de poder nas eleições de 2014. Além disso, o TCU recomendou que o Congresso reprovasse as contas do governo de 2014, devido às irregularidades apontadas. Ainda naquele mês, parlamentares de oposição ao governo entregaram à Presidência da Câmara dos Deputados mais um pedido de *impeachment.*

Assim, em dezembro de 2015, foi autorizada a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Após divergências e embates no cenário político nacional, em março de 2016, Dilma e o ex-presidente Lula foram denunciados na Operação Lava Jato por suposto envolvimento no esquema da Petrobras.

As tramitações continuaram e, em março de 2016, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou, na Câmara dos Deputados, o 12º pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Em abril de 2016, dois novos pedidos de *impeachment* foram enviados à Câmara pelo então vice-presidente Michel Temer. De 15 a 17 de abril de 2016, os deputados julgaram, em uma sessão caracterizada como espetáculo midiático, a abertura do processo de *impeachment*, com o resultado de 367 votos a favor e 137 contrários.

O processo de *impeachment* seguiu para o Senado e foi instaurado em maio de 2016, quando aprovou-se o afastamento de Dilma Rousseff por 180 dias. Michel Temer assumiu, então, a Presidência da República. No período de 27 a 31 de agosto de 2016, os senadores julgaram o afastamento definitivo de Dilma Rousseff. No dia 29 de agosto daquele ano, a ex-presidente esteve no plenário do Senado para se defender, mas foi em vão. O *impeachment* se confirmou no dia 31 de agosto, por 61 votos a favor e 20 contra.

Essa cronologia e a caracterização do processo de *impeachment* servirão como embasamento para as análises dos textos noticiosos e opinativos do portal *Folha de S. Paulo*, uma vez que ajudarão a entender o que estava em pauta quando da publicação de cada notícia e/ou texto de opinião. Diante do que foi exposto, é possível apreender que as eleições municipais de 2016 disputaram espaço com muitos acontecimentos polêmicos, em um período conturbado do processo de *impeachment* da ex-presidente petista, cenário dominado por uma série de questões políticas que se acentuaram em meio ao processo eleitoral. É preciso considerar os antecedentes políticos tanto da crise quanto do *impeachment* de Dilma Rousseff e a articulação desses contextos. A seguir, encontra-se uma caracterização sobre as eleições municipais de 2016.

2.5. As eleições municipais de 2016: um cenário político atípico

Uma das abordagens centrais deste estudo é entender e/ou investigar a cobertura sobre a dinâmica do processo das eleições municipais de 2016, marcado por um contexto político mais amplo que envolve a crise política e o *impeachment* de Dilma Rousseff. Para uma melhor compreensão da produção jornalística sobre esse momento eleitoral, torna-se necessário fazer uma caracterização das eleições que ocorrem para a escolha de prefeitos em todo o País.

Mattos (2003) fundamenta que "a política é compreendida como um tempo específico – a eleição – e como um espaço social

– o partido, os lugares do Poder – dos quais as pessoas se sentem excluídas ou se excluem, embora possam tentar fazer uso deles, a seu modo" (MATTOS, 2003, p. 207-208). Assim, para a autora, a política torna-se um espaço em que as pessoas nele inseridas, como os candidatos no período eleitoral, geralmente negam o pertencimento e cada um participa de uma maneira do jogo da política.

Rubim (2002, p. 41) aponta as eleições como um dispositivo quase naturalizado da política, constituindo "um momento e um procedimento ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes (representativos) para o exercício de poder (es) na sociedade". Segundo o autor, as eleições são realizadas para a escolha dos governantes, de quem vai ocupar os lugares de direção no exercício do poder, nas esferas executiva ou legislativa, no caso do Brasil, ou no judiciário, em alguns países, ou ainda na sociedade civil, em casos menos comuns.

Conforme Rodrigues (2002), o período eleitoral, que elege os representantes no governo da *polis*, se constituiria no ponto de convergência privilegiado para a composição da tribuna democrática em que ocorre o debate público do Estado com a sociedade, uma vez que é o momento em que os diversos grupos sociais podem designar os porta-vozes para representarem os interesses coletivos.

A escolha dos dirigentes não assegura a permanência deles no poder. Pois, além do tempo determinado do mandato, os escolhidos são colocados em lugar privilegiado para iniciar o governo, mas não têm garantida a manutenção no poder sem alterações até o fim do mandato. Pode ocorrer, por exemplo, afastamento, renúncia, cassação, intervenção parcial e integral ou, inclusive, *impeachment* dos mandatários (RUBIM, 2002). Ainda segundo o autor:

> [...] o ato de governar implica necessariamente em uma disputa cotidiana acerca do poder de governar. A governabilidade, entendida como conjunto de condições políticas para governar deve ser pensada como perpassada por um constante embate entre os ocu-

> pantes do governo e as oposições, sejam elas: partidos, políticos profissionais e/ou cidadãos. A dialética governo e oposição emerge assim como imprescindível para a realização de uma dinâmica democrática de disputa permanente do poder de governar (RUBIM, 2002, p. 42).

Assim, no contexto do regime democrático, os cidadãos também detêm parte do poder, o qual se encontra pulverizado na sociedade. Esse poder é expresso por meio do voto. Segundo Rubim (2002), as eleições são um rito público, um mecanismo para legitimar a representação dos governantes. Também constituem um momento singular da política, em vários contextos. O autor complementa que as eleições acontecem periodicamente e são momentos esperados pela sociedade e previamente agendados no âmbito do sistema político, tendo um caráter eminentemente público e publicizado, o que amplia a visibilidade da política, além de serem traduzidas como um episódio de cerimônia, festa e/ou solenidade, ou seja, um momento político especial.

> [...] toda e qualquer eleição, desde o instante em que os direitos e cidadania foram conquistados no mundo moderno, assume esse caráter de disputa comunicacional, mesmo quando inexistem mídias em perspectiva relevante, a intensa requisição da comunicação em uma situação viral da política, como acontece com as eleições, propicia assim uma conjuntura especialmente privilegiada para o estudo da comunicação e de suas relações com a política. Nesse momento singular, política e comunicação estão potencializados (sic) e suas conexões se tornam bem mais expressivas e relevantes que aquelas realizadas em situações ordinárias da política (RUBIM, 2002, p. 47).

Isso pode ser notado tanto em relação às disputas para presidente da República quanto para prefeito, mas há algumas singularidades entre os dois tipos de pleito. Ao discorrer sobre as principais marcas das eleições municipais brasileiras, Lavareda (2011) ressaltou que diversos significados são inerentes à leitura dos resultados das eleições para prefeito, que ocorrem, simultaneamente, em todo o País.

Em 2016, o primeiro turno do pleito ocorreu no dia 2 de outubro, em 5.568 municípios do País; 55 cidades brasileiras tiveram o segundo turno, no dia 30 de outubro. Chamadas de "eleições intermediárias", elas ocorrem justamente na metade dos mandatos dos cargos majoritários nacionais e estaduais. Nas eleições municipais, os números são convocados "para uma tentativa de diálogo com as duas outras dimensões da política" (LAVAREDA, 2011, p. 11).

Conforme Lavareda (2011), embora a política econômica não seja propriamente um item das agendas municipais, ela afeta as eleições nessa esfera, uma vez que está relacionada ao clima positivo, de otimismo, satisfação, contentamento e entusiasmo da população com relação aos partidos que estão no poder. Lavareda e Telles (2016, p. 7) reforçam que "a performance dos mandatários e dos respectivos partidos se relaciona de perto com o desempenho da economia, ambas ditando as chances de continuidade, ou não, do partido no poder".

Embora, no Brasil, a maioria dos eleitores não apresente vínculo ou preferência partidária, as disputas têm sido bipolarizadas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (LAVAREDA; TELLES, 2016). Os autores apontam que as análises são centralizadas em dois fatores que estão diretamente associados, o voto retrospectivo e o voto econômico.

> No Brasil, de frágil partidarismo, as campanhas podem ser de grande valia, principalmente a de vereadores e prefeitos. Elas são um universo completo onde, além da temática nacional, dizem presente muitas peculiaridades, como a relevância de elementos herdados da dominação tradicional, em termos weberianos; o prestígio das lideranças locais; a força dos governadores; os temas provincianos; o compadrio; e até mesmo as miúdas relações entre as pessoas e as instituições contaminadas por todo tipo de laços sociais e afetivos. Fatores que não raro se sobrepõem aos aspectos um pouco mais ideológicos e às relações impessoais e "racionais" que se encontram mais presentes nas eleições nacionais (LAVAREDA; TELLES, 2016, p. 8).

Percebe-se que as eleições municipais, embora sejam vistas como secundárias, têm grande importância e contribuem para as eleições federais, sendo as campanhas locais até mesmo utilizadas para testar novos modelos e novas regras eleitorais que, conforme os resultados, são implantadas no pleito nacional. No pleito de 2016, por exemplo, vigorou uma nova legislação (Lei nº 13.165/2015, conhecida como Reforma Eleitoral 2015) que estabeleceu mudanças nos prazos para as convenções partidárias, a filiação partidária e o tempo de campanha eleitoral, que foi reduzido de 90 para 45 dias, além de proibir o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, entre outras mudanças (TSE, 2016). Tais regras foram testadas já pensando nas eleições presidenciais de 2018.

A lógica dos eleitores nem sempre foi vinculada aos temas nacionais, embora deva-se considerar a influência dos laços dos candidatos a prefeito com o governo federal. Nas últimas eleições municipais, o cenário político foi se configurando e apresentou divergências. Também deve-se levar em conta o contexto em que se desenvolvem as eleições, com destaque para os aspectos institucionais, como as ofertas partidárias. Além disso, o surgimento de pequenos partidos e os resultados que eles têm conquistado, a influência dos governadores e a configuração das câmaras municipais são fatores que têm contribuído para esse novo cenário político (LAVAREDA; TELLES, 2016).

Segundo esses autores, em 2008 o pleito foi marcado pelo partidarismo e pela ideologia entre as opções dos eleitores para escolherem os prefeitos. Em 2012, já se registrava uma grande insatisfação com as administrações e com os candidatos a prefeito. Como resultado, houve maior fragmentação dos Legislativos municipais e alto índice de renovação no Executivo nas cidades do País. Na mesma direção, nas eleições municipais de 2016 tiveram peso elementos como variáveis mais tradicionais para a escolha do voto, o "antipetismo", a influência do local de moradia, o uso de novas tecnologias e a percepção da corrupção no voto para prefeito e vereadores. A questão partidária também foi levada em consideração, pois o que ocorria no cenário nacional teve influência na esfera local e, consequentemente, nas

urnas. A seguir, será apresentado o caminho metodológico para a realização deste estudo.

3 – Considerações metodológicas

Tendo em vista o foco da pesquisa e a articulação entre os contextos das eleições municipais de 2016, do *impeachment* de Dilma Rousseff e da crise política, verificou-se uma maior concentração do conteúdo em agosto de 2016, uma vez que foi o mês da votação final do *impeachment* no Senado (27 a 31/8) e da destituição da ex-presidente, momento que pode ser considerado o auge da crise política nacional, quando foi constatada uma sobreposição de agendas políticas e início da campanha eleitoral.

Como um dos objetivos foi mapear e analisar em que contexto apareciam os termos "crise política" e "*impeachment* de Dilma Rousseff (PT)" em relação às eleições municipais de 2016, procedeu-se a buscas no portal *Folha de S. Paulo* por esses termos, em conjunto e isoladamente. Durante o levantamento, percebeu-se que, muitas vezes, os termos se sobrepunham e eram usados, inclusive, como sinônimos, da seguinte maneira: crise = *impeachment* = Dilma = PT (no que diz respeito à produção e circulação de sentidos).

Assim, foram definidas as seguintes categorias de análise: (1) crise político-partidária; (2) uso do termo "*impeachment*" e não "golpe"; (3) "antipetismo", uma vez que, segundo foi observado: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato). Também pôde ser percebido um enquadramento recorrente com relação ao declínio do PT. Mediante essa categorização, definiram-se para este estudo nove matérias para comporem o *corpus*.

Como metodologia, recorreu-se à análise de enquadramento que apresenta as seguintes vertentes: estudos que enfocam e analisam a situação comunicativa, pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo

e estudos de *frame effects*[13] produzidos pela adoção estratégica de discursos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Conforme Goffman (2006), a análise do enquadramento é um *slogan* para referir-se ao que denomina exame da organização da experiência.

Em relação ao *corpus* deste artigo, foram definidas nove matérias para análise, selecionadas por meio de uma amostra intencional, conforme o potencial heurístico delas e a forma pela qual exploram os três contextos mencionados.

3.1. Agosto de 2016: cenário político e eleitoral

O mês de agosto é visto como o "tempo da política". Conforme Telles, Lourenço e Storni (2011, p. 94), o "tempo da política" coincide com o início do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE). É a designação dada a partir da percepção de eleitores de quando a política é realizada, o que corresponde ao período eleitoral, quando as campanhas são veiculadas e inicia-se a persuasão em busca de votos por parte dos candidatos em todos os níveis.

De acordo com o calendário eleitoral para o pleito de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), agosto foi o mês de acontecimentos importantes, entre os quais se destacaram os seguintes: prazo final para a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e escolher candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador (5/8); data-limite para os partidos políticos e as coligações apresentarem o requerimento de registro de candidaturas (15/8); início da propaganda eleitoral em alto-falante nos comitês eleitorais e nas ruas, comícios, campanha na internet, distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade para divulgar *jingles* ou mensagens de candidatos (16/8); prazo final para impugnar pedidos de registro de candidatura ou para no-

13 Conforme Goffman (2016), *frame* diz respeito ao conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles.

ticiar eventual inelegibilidade de candidatos (23/8); e início do período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão (26/8).

Além disso, o mês de agosto foi marcado por debates e movimentações políticas relevantes. Devido a esse importante momento de interseção e sobreposição de agendas, agosto foi definido como o recorte temporal deste trabalho, pois houve uma concentração de notícias divulgadas envolvendo os temas centrais da pesquisa. Na próxima seção, serão apresentadas as análises das matérias que compõem o *corpus* deste estudo.

4 – A cobertura das eleições municipais de 2016, do impeachment de Dilma e da crise política

Com base nas categorias definidas na metodologia, serão apresentadas as matérias analisadas e um recorte do que foi observado. Em seguida, serão feitos alguns apontamentos do que se investigou acerca da articulação dos contextos especificados – eleições municipais de 2016, crise política e *impeachment* de Dilma Rousseff – e sinalizados o(s) enquadramento(s) adotado(s) e a configuração do posicionamento editorial do portal *Folha de S. Paulo*.

Na matéria "Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais" (1º/8/2016), assinada por João Paulo Pitombo e Felipe Bächtold, o enfoque foi a crise político-partidária decorrente da falta de alianças do PT com outros partidos. A começar pelo título, ficou evidente o enquadramento central, por meio da articulação entre a crise política e as eleições municipais. Também foi correlacionado o *impeachment* de Dilma Rousseff. O texto começou com a seguinte frase: "O PT deve disputar sua primeira eleição pós-*impeachment* em um acentuado isolamento nas capitais". Chamou a atenção esse trecho, uma vez que a data da postagem foi dia 1º de agosto, ou seja, bem antes da concretização do *impeachment,* que se deu no dia 31 de agosto. Entretanto, ao se expressarem dessa forma, os jornalistas já o tratavam como fato consolidado, o que infere um posicionamen-

to favorável ao afastamento definitivo da ex-presidente e, assim, se configura como pré-agendamento.

Em continuidade, o texto enfatizou a quebra das alianças entre o PT e outras siglas, elencou as alianças em algumas capitais e apresentou projeções para as eleições de 2016: em 20 das 26 capitais do País o PT teria candidatos próprios e a composição deveria se restringir a pequenos partidos ou aliados que se opunham ao *impeachment*, o que se confirmou no pleito. Para se manifestar sobre essa coligação, Pitombo e Bächtold (2016) acionaram o secretário de organização do PT, Florisvaldo Souza, que proferiu a seguinte declaração, conforme apontaram na matéria em questão: "a crise política influiu nas alianças e tomamos a decisão de priorizar partidos contrários ao 'golpe'". Esse trecho, a princípio, articulou os três contextos abordados nesta pesquisa (eleições municipais, crise política e *impeachment*). Em um segundo momento, exemplificou uma das categorias de análise definidas: o uso do termo "*impeachment*" e não "golpe", uma vez que a palavra "golpe" foi empregada na fala de uma fonte (o secretário do PT) entre aspas, além da referência a outra categoria de análise, no caso, a crise político-partidária.

O trecho "a conjuntura de isolamento deve provocar uma espécie de volta às origens petistas, com candidatos menos competitivos, campanhas menos custosas e discurso mais à esquerda" é rico em elementos que configuram um posicionamento "antipetista". Em um segundo momento da matéria, sob o subtítulo "Sem PMDB", os jornalistas fizeram comparações entre as eleições municipais de 2012 e 2016. Em um terceiro momento, foi inserido o subtítulo "A situação em algumas capitais". O destaque foi para as alianças partidárias em Porto Alegre, apresentada pelos jornalistas como "a antiga vitrine do PT no período anterior a Lula". Essa matéria teve como enquadramentos principais o isolamento do PT nas eleições municipais de 2016, as alianças mais restritas e a consequente polarização político-partidária, o declínio do PT devido à crise política e ao *impeachment* de Dilma Rousseff (contextos que influenciaram as alianças) e o rompimento entre PT e PMDB.

A matéria "PCdoB se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais" (1º/8/2016), também escrita por João Pedro Pitombo e Felipe Bächtold, evidenciou o enquadramento de alianças partidárias nas eleições municipais de 2016, com enfoque no rompimento entre PCdoB e PT e na aliança do partido comunista com siglas que apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff. Entende-se que essa matéria seria um desdobramento da matéria anterior, pois seguiu a mesma linha de construção e também destacou o cenário partidário em algumas capitais.

O parágrafo inicial foi destacado em negrito: "**Aliado histórico dos petistas, o PCdoB vai deixar de lado o discurso do 'golpe' e apoiar nas eleições pelo país candidatos da base do presidente interino Michel Temer, como PSB e até mesmo o PSDB**".

A narrativa foi construída em torno do afastamento de um partido de esquerda que era aliado ao PT e que não só deixaria de utilizar o "discurso do golpe" como passaria a apoiar, naquele momento, "candidatos da base do presidente interino Michel Temer". Assim como na matéria anterior, a palavra "golpe" foi usada entre aspas, como forma de sinalizar que não representava o posicionamento do portal *Folha de S. Paulo*. Como enquadramentos centrais foram identificados: o rompimento do PCdoB com o PT, em função do *impeachment* de Dilma Rousseff; o apoio do PCdoB a partidos da base do governo de Michel Temer; e as alianças regionais para as eleições municipais de 2016, com destaque para o distanciamento em relação ao PT, o que sugeria um posicionamento "antipetista" e pró-*impeachment*.

Catia Seabra assinou a matéria "PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff" (2/8/2016). A jornalista começou o texto, que destacou em negrito, com a seguinte argumentação:

> **Embora dirigentes do PT duvidem das chances de o partido voltar ao Palácio do Planalto neste ano, o presidente do partido, Rui Falcão, divulgou nesta segunda-feira (1º) uma nota em que diz "repudiar" a ideia de que o partido teria abandonado a presidente afastada, Dilma Rousseff** (SEABRA, 2016a).

Nota-se que o enfoque foi a crise interna no PT, que se intensificou a partir da declaração do então presidente nacional do partido, Rui Falcão, que repudiou o plebiscito para novas eleições presidenciais, como defendia Dilma Rousseff. Ele ainda enfatizou: "petistas admitem também que a imagem de Dilma poderá prejudicar candidatos do PT nas eleições municipais", ou seja, os próprios correligionários tentavam afastar a ex-presidente da disputa eleitoral nos municípios, cientes de que o processo de *impeachment* influenciaria negativamente os resultados do pleito. Seabra (2016a) ressaltou a contrariedade de petistas com entrevistas concedidas por Dilma Rousseff em que ela responsabilizava o PT "pelo suposto pagamento ao marqueteiro João Santana com recursos de caixa dois. Para dirigentes do partido, Dilma poderia se eximir de responsabilidade, mas deveria evitar transferi-la diretamente ao partido".

A matéria apresentou os seguintes enquadramentos: a crise interna no PT, o embate sobre o abandono do partido em relação a Dilma Rousseff, o descrédito dos próprios integrantes da cúpula petista quanto à vitória no Senado, o afastamento de Dilma Rousseff das campanhas referentes às eleições municipais de 2016 e a resistência dos próprios candidatos petistas, a associação do PT à corrupção em razão de pagamento com dinheiro de caixa dois na campanha de 2010, ou seja, como nas demais matérias analisadas anteriormente, um cenário totalmente desfavorável ao PT, portanto "antipetista" e pode-se dizer "antidilmista".

Com o título "Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo" (7/8/2016), a matéria assinada por Catia Seabra, Giba Bergamim Jr. e Bruno Fávero apresentou um cenário local nas eleições municipais de 2016 na maior capital do País. Desde o início, percebeu-se ser um texto marcado por expressões que sinalizaram o jogo político na disputa para a prefeitura em São Paulo, para configurar um cenário cheio de embates partidários.

As divergências e as trocas de lado apresentadas na matéria apontaram não apenas mudanças de posicionamento de militantes e simpatizantes como, também, a crise interna nos parti-

dos às vésperas das eleições municipais de 2016. Houve, ainda, referência a casos de corrupção, o que também se enquadra em uma das categorias de análise, conforme a relação: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato). Assim, confirmaram-se os enquadramentos da crise político-partidária, com alianças locais divergentes das existentes no contexto nacional, além dos apoios de movimentos e lideranças políticas em âmbito municipal. Mesmo com uma tentativa de neutralidade, prevaleceu o posicionamento desfavorável ao PT.

João Pedro Pitombo assinou a matéria "Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista" (8/8/2016), onde destacou que a ex-prefeita Luizianne Lins (PT) não tinha o apoio do governador Camilo Santana, do mesmo partido, que apoiou o então prefeito Roberto Cláudio (PDT). A ênfase foi para a coligação em torno do PMDB de Michel Temer, sendo apresentados os candidatos da base aliada. Os concorrentes com menores chances na disputa, de partidos de menor expressão, foram apenas citados para mostrar a configuração eleitoral, o que é uma das características das matérias sobre campanhas, como forma de ressaltar a pulverização partidária, mas enfatizar os candidatos das principais legendas.

Se por um lado alguns candidatos pelo PT não queriam Dilma Rousseff em suas campanhas para as eleições municipais de 2016, por outro alguns faziam questão de que a ex-presidente estivesse presente, como ressaltou a matéria "Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha" (10/8/2016), de autoria de Catia Seabra.

No decorrer da matéria, foi mostrado que os petistas estavam divididos sobre a participação de Dilma Rousseff nas campanhas eleitorais do pleito de 2016. Entretanto, a maioria era contra a aparição dela, mesmo no Nordeste, onde o PT sempre foi bem-visto e teve grande aceitação por ser uma das regiões mais beneficiadas com os programas sociais dos governos Lula e Dilma. Essa divergência entre ter ou não a ex-presidente nas campanhas também configurou o enquadramento da crise político-partidária, do "antipetismo" e do "antidilmismo", salien-

tando a crise interna no PT, e, ao mesmo tempo, evidenciou um posicionamento do portal *Folha de S. Paulo* a favor de mostrar que os próprios candidatos às prefeituras pelo PT rejeitavam a presença da ex-mandatária.

A matéria "Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*" (10/8/2016) é assinada por Marina Dias. A começar pelo título, entende-se que, ao empregar o termo "pós-*-impeachment*" antes mesmo do julgamento, que transcorreu no final de agosto, o portal *Folha de S. Paulo* já tinha como certo o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, o que infere um posicionamento favorável ao *impeachment*. Mais uma vez, o PT foi o enfoque, especificamente a crise interna no partido.

Ao final do texto, foi informado que Dilma Rousseff havia virado ré no processo de seu afastamento, por 59 votos a 21. A jornalista encerrou ressaltando o seguinte: "Mesmo os petistas avaliam que tentar reverter o placar será uma 'luta inglória'", pois não viam perspectiva de virarem o jogo em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Toda essa configuração, a exemplo de outras matérias analisadas anteriormente, também confirmou os enquadramentos da crise político-partidária e do "antipetismo".

Na matéria "Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe" (13/8/2016), de autoria de Giba Bergamim Jr., de imediato identificou-se no título uma das categorias de análise definidas na pesquisa, o uso do termo "golpe", mencionado na fala de uma fonte petista. O então candidato à reeleição pelo PT em São Paulo, Fernando Haddad, na companhia do ex-presidente Lula, se pronunciou a respeito do afastamento de Dilma Rousseff. Foram apresentadas diversas falas dos petistas, sempre mencionando a palavra "golpe". Essa foi a única das matérias analisadas que deu voz aos petistas para criticarem adversários nas eleições municipais de 2016 e para apresentarem propostas e ações realizadas pelo então candidato à reeleição em São Paulo.

A última matéria analisada tem como título "Confira a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff" (31/8/2016) e foi publicada exatamente no dia do afastamento definitivo da ex-presidente. A matéria não apresenta assinatura, foi identificada apenas identificada como "de São Paulo"; por isso, subentende-se que teria sido redigida a várias mãos e que dá a ver o posicionamento editorial do portal *Folha de S. Paulo*. Pelas declarações apresentadas, confirmou-se que a maioria das vozes presentes na matéria mostrou-se favorável ao *impeachment*, o que representou, também, o posicionamento editorial do portal *Folha de S. Paulo*, que enquadrou essa e as demais matérias de forma a se mostrar a favor do afastamento definitivo de Dilma Rousseff, o que reforçou os enquadramentos do "antipetismo" e do "antidilmismo" e de que o PT seria o culpado pela crise política.

Algumas dessas matérias foram publicadas na seção especial intitulada "O *impeachment*", a qual apresentou os *links* "Entenda a tramitação do pedido de *impeachment*", "Repercussão", "Petrolão" e "Operação Zelotes". Identificou-se que o intuito foi estabelecer a ligação entre o afastamento de Dilma Rousseff e a corrupção, o que se enquadrou, também, na categoria de análise que estabelece o seguinte: crise política = *impeachment* = PT = corrupção (Operação Lava Jato).

5 – Considerações finais

A partir da escolha do tema deste estudo, que correlaciona as eleições municipais de 2016, o *impeachment* de Dilma Rousseff e a crise política nacional, percebeu-se, por meio das notícias analisadas, que as eleições municipais de 2016 foram relegadas a segundo plano, ou seja, toda essa conjuntura nacional tinha maior destaque no noticiário de modo geral e, mesmo nas publicações sobre o pleito municipal, essas temáticas eram recorrentes, pois eram pautas das campanhas eleitorais e a mídia não conseguia desvincular esses assuntos.

Assim, decidiu-se fazer uma investigação com o intuito de identificar como ocorreu a articulação desses contextos e como

eles foram enquadrados em matérias específicas, publicadas no portal *Folha de S. Paulo*. Por meio de uma análise de enquadramento, foi possível averiguar a cobertura do referido portal e apontar posicionamentos editoriais e até mesmo políticos por meio de textos informativos. Com base nas análises referentes às matérias do portal *Folha de S. Paulo*, constatou-se a politização do veículo, no sentido de se comportar como "antipetista" e pró-*impeachment*, além de se mostrar favorável aos partidos conservadores, o que pode ser comprovado, por exemplo, por meio dos enquadramentos adotados, das fontes acionadas e do posicionamento editorial identificado.

As vozes acionadas eram, em sua maioria, fontes oficiais, grande parte relacionadas ao PT (por exemplo, Lula, o então presidente do partido, Rui Falcão, outros militantes e candidatos a prefeito). De certa forma, ficou demonstrado que os próprios petistas estavam descrentes do bom desempenho do partido no pleito municipal e não esperavam que a ex-presidente escapasse do *impeachment*. Constatou-se, ainda, que o termo "*impeachment*" foi usado, em vários momentos, como sinônimo de "Dilma", de "PT", de "Lula" e de "corrupção" (sobretudo com menções à Operação Lava Jato).

Para além disso, foram observados alguns enquadramentos recorrentes, como as alianças político-partidárias, a crise política e também a crise interna nos partidos, em especial no PT, o afastamento de legendas como PMDB e PSDB em relação ao PT, a troca de lados entre os então candidatos e apoiadores, bem como a ênfase na repercussão negativa do *impeachment* da ex-presidente para o PT nas eleições municipais de 2016.

Os veículos do Grupo Folha tentam se mostrar como apartidários, mas a forma como o portal enquadrou sua cobertura deixou explícitos os posicionamentos políticos contrários aos partidos de esquerda, especificamente o PT. Em um contexto eleitoral, foi dado maior destaque à crise política e, principalmente, ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Assim, viu-se um pleito municipal nacionalizado. Identificou-se, ainda, uma disputa discursiva e

de sentidos em torno dos termos "*impeachment*"/"golpe" como forma de sinalizar posicionamentos políticos.

6 – Referências

ABRAMO, Perseu. **Significado político da manipulação da grande imprensa**. 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/significado-politico-da-manipulacao-na-grande-imprensa/>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 2007, Curitiba. **Anais**... Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação, 2007.

BERGAMIM JR., Giba. Na zona leste com Lula, Haddad diz que processo contra Dilma é golpe. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 13 ago. 2016. Poder. Disponível em: **<**http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1802459-na-zona-leste-com-lula-haddad-diz-que-processo-contra-dilma-e-golpe.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, preferências e voto no Brasil. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 23-56.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. *In*: MATTOS, M. A.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). **Mediação & midiatização**. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea**, Salvador, vol. 7, n.º 2, Salvador, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3701>. Acesso em: 2 out. 2017.

CONFIRA a repercussão do *impeachment* de Dilma Rousseff. **Portal *Folha de S. Paulo*,** São Paulo, 31 ago. 2016. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808844-confira-a-repercussao-do-impeachment-de-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

DIAS, Marina. Lula pede união do PT para reconstruir partido pós-*impeachment*. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 10 ago. 2016c. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801528-lula-pede-uniao-do-pt-para-reconstruir-partido-pos-impeachment.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis:** los marcos de la experiencia. Tradução de José Luis Rodriguéz. 2. ed. Boston: Northeastern University Press. Tradução de José Luis Rodriguéz. Cambádge: Massachusetts, 2006.

LAVAREDA, Antonio et al. Eleições municipais 2012 e sinais para adiante. *In*: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro FGV Editora, 2016. p. 7-11.

LIMA, Venício A. de. Os partidos políticos e a mídia. **Teoria e Debate**, São Paulo Edição., n. 86, 2010. Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=colunas/midia/os-partidos-politicos-e-midia>. Acesso em: 5 nov. 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. RBCS**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, n°. 79, junho/. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução: mídia, conflito e formação de preferências. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017a. p. 7-22.

MOTTA, Luiz G. O partido da mídia. Observatório da Imprensa, **Jornal de Debates - Ecos da Eleição**, edição. 822, 28 out. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed822_o_partido_da_midia/>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PITOMBO, João Pedro. Eleição em Fortaleza vai opor PT e governador petista. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 8 ago. 2016b. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1800462-eleicao-em-fortaleza-vai-opor-pt-e-governador-petista.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PITOMBO, João Pedro. PMDB vai apoiar chapa PCdoB-PT em Aracaju. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 27 jun. 2016a. Poder. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1786262-pmdb-vai-apoiar-chapa-pcdob-pt-em-aracaju.shtml>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PITOMBO, João Pedro; BÄCHTOLD, FELIPE. Crise quebra alianças, e PT fica isolado nas eleições das capitais. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 1 ago. 2016a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797427-crise-quebra-aliancas-e-pt-fica-isolado-nas-eleicoes-das-capitais.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PITOMBO, João Pedro; BÄCHTOLD, FELIPE. PC do B se alia a partidos pró-*impeachment* nas eleições municipais. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 1 ago. 2016b. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797433-pc-do-b-se-alia-a-partidos-pro-impeachment-nas-eleicoes-municipais.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Eleições e (Iidade) Mmídia. *In*: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis**: ensaios sobre mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 40-59.

SADER, Emir. Governo deve tratar mídia como partido de oposição. **Brasil 247**, 5 jan. 2016. Disponível em: **<**https://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/212088/Governo-deve-tratar-m%C3%ADdia-como-partido-de-oposi%C3%A7%C3%A3o.htm>. Acesso em: 5 nov. 2017.

SEABRA, Catia. Petistas do Nordeste insistem em ter Dilma na campanha. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 10 ago. 2016b. Poder. Disponível em**:** **<**http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1801017-petistas-do-nordeste-insistem-em-ter-dilma-na-campanha.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SEABRA, Catia. PT diz em nota que não abandonou Dilma Rousseff. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 2 ago. 2016a. Poder. Disponível em: **<**http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1797804-pt-diz-em-nota-que-nao-abandonou-dilma-rousseff.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SEABRA, Catia; BERGAMIM JR., Giba; FÁVERO, Bruno. Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo. **Portal *Folha de S. Paulo***, São Paulo, 7 ago. 2016., Poder. Disponível em: **<**http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1799759-perto-da-eleicao-politicos-trocam-de-lado-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola: São Paulo, 2002.

STRÖMBÄCK, Jesper. **Midiatização da pPolítica**: sobre uma estrutura conceitual para pesquisa comparativa. Departamento de Jornalismo da Universidade Mid Sweden, 2014. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/gpcomunicpublicapolitica/cap-19-midiatizao-da-poltica-sobre-uma-estrutura-conceitual-para-pesquisa-comparativa>. Acesso em 30. set. 2016.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz Cláudio; STORNI, Tiago Prata. Eleições de oposição, alianças sem partidos: o voto para prefeito em Belo Horizonte. *In*: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **Como o eleitor escolhe seu prefeito**: campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 81-120.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e linha editorial**: construção das notícias na imprensa partidária comercial. E-papers: Rio de Janeiro: E-papers, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jXTOzVYl-rUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=linha+editorial+&ots=y6SIrZMiZp&sig=x9JKadcYjZwDE8bfhOK0w9XjhdQ#v=onepage&q=linha%20editorial&f=false>. Acesso em: 10 jul. 2017.

VIGGIANO, Mário Francisco Ianni. **Entre o "interesse público" e o "interesse do público"**: um estudo dos dispositivos de enunciação do atual contrato de leitura do jornal Estado de Minas. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ViggianoMF_1.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.